

No ano de 2020, viralizou nas redes sociais um vídeo do programa policial “Cidade Alerta, onde o apresentador ao vivo com a mãe de uma jovem desaparecida, noticiava pela televisão que a filha acabara de ser encontrada morta, a mãe nitidamente abalada e inconsolável, desmaia ao vivo e o programa segue normalmente com a próxima reportagem.

Embora chocantes, cenas como a citada acima, são comuns no jornalismo brasileiro, isso porque em nome do pioneirismo da notícia, esvazia-se a ética e a humanidade perante tragédias que tornam-se alvo de espetacularização. Que é bem recepcionada pelos telespectadores que além de consumir, contribuem para sua continuidade, um exemplo comum é o ato de gravar cenas de assassinato, assaltos e até mesmo acidentes e postá-las na internet, desconsiderando completamente a dor de familiares da vítima que possam vir a ter contato com essas imagens.

A banalização da violência tornou-se comum diante de uma mídia que incentiva a carnificina e expõe a miséria de famílias em prol da audiência. O jornalismo é considerado o quarto poder, dado alcance e poder de manipulação sobre opinião pública, quando utilizado de maneira oportunista e irresponsável, torna-se completamente parcial e esvaziado de consciência crítica. O que corrobora para a reprodução de injustiças, onde se privilegia a retórica e imagens sensacionalistas ao invés de provas concretas. O resultado é visto no cotidiano, com cenas de linchamento em vias públicas, inocentes presos injustamente e até mesmo mortes.

Fica evidente que a informação aderiu a lógica mercadológica de consumo, onde para que ocorra interesse por parte do telespectador, utiliza-se de imagens apelativas e sensacionalistas esvaziadas de informação e conteúdo. É necessário que sejam aprovadas mudanças no Código de Ética dos Jornalistas, que proíbam a circulação de imagens e o uso indevido da informação visando interesses pessoais em detrimento da função coletiva de informar e conscientizar. Caso ocorra violação, punir essas emissoras com multas que indenizem os familiares das vítimas e até mesmo o fim do programa que não cumpra sua função ética.